

Irrracionalidade da racionalidade económica

Carlos Pimenta

Carlos Pimenta

Professor catedrático na FEP/UP. Fundador do OBEGEF. Autor de vários materiais científicos. Principais áreas de investigação: Fraude e Economia Não-Observada, Globalização, Interdisciplinaridade e Epistemologia das Ciências Sociais. Prémio da ACFE em 2012.

Introdução

Em Março do presente ano publiquei o livro *Racionalidade, Ética e Economia*, em que procuro proceder a uma reflexão crítica, logo não dogmática, sobre a Ciência Económica que hoje é sociologicamente dominante, influenciando o ensino, marcando o simbolismo do quotidiano, divulgando ideologia, manietando o Estado e a política. Trata de um assunto repetidamente abordado anteriormente no último quarto de século, mas que deixava um «amargo de boca» por não explanar totalmente o assunto. Superar essas lacunas e construir uma problematização mais vasta foram os escopos dos quatro anos de trabalho conducentes à referida publicação.

Esta comunicação faz, se assim se pode designar e existe essa possibilidade, um «resumo» dessa publicação. Contudo pretende-se aqui e ali fazer algumas deduções complementares relacionadas com o ensino. O que exige, obviamente, um comentário: a nossa referência são os estudantes portugueses, as instituições de ensino superior em Portugal, o ambiente social vigente na União Europeia.

Convém, pois que desenhemos um pouco sobre este enquadramento, eventualmente caricaturando por impossibilidade e pouco interesse em traçar um quadro completo:

- a) Vivemos numa sociedade de globalização e neoliberalismo, sendo a União Europeia uma das suas institucionalizações e activos paladinos políticos. Recorde-se que é sobre essa temática que se apresenta a outra comunicação (colectiva) a esta conferência.
- b) As instituições universitárias portuguesas são fortemente disciplinares, apesar de se invocar frequentemente a interdisciplinaridade.
- c) Tem havido uma tendência, diria espontânea, para o monolitismo paradigmático, nas instituições de ensino da Economia, com tendência para se auto-reproduzir.
- d) Não conhecemos nenhum trabalho pormenorizado sobre as razões que levam os jovens a escolher a carreira de economistas, mas das conversas pode-se deduzir três elementos caracterizadores; (1) Muito poucos são os que têm conhecimentos, ou experiência, sobre a actividade económica; (2) Uma parte escolhe por razões de percurso escolar, sendo muitas vezes apresentada a justificação de «gostar de matemática»; (3) Outra parte, com intercepção parcial com a anterior, por esperança de um emprego e possibilidade de razoáveis remunerações.

Há vários anos que lecciono disciplinas do último ano da licenciatura em que os estudantes são chamados a aplicar os seus conhecimentos com sentido crítico, em investigação autónoma. Esse último ano da licenciatura passou do quinto ano para o quarto e depois para o terceiro e esperemos que os «imperativos económicos» não o leve a ser ainda mais incipiente. Nos últimos anos temos aplicado no primeiro dia de aulas um inquérito sobre diversos aspectos, de que se salientam os seguintes aspectos:

- 89% consideram que a Economia é uma ciência, 4% que é uma arte, 0% que é uma norma e para os restantes 7% não é nada disso, é outra coisa.
- Perante diversas afirmações *parciais* que possam servir para definir Economia, 38% aceitam que é o “estudo da produção”, 52% o “estudo da repartição do rendimento”, 41% o “estudo da troca”, 52% o “estudo do consumo”, 37% o “estudo da riqueza”.
- Note-se que 34% consideram que nem produção, nem repartição, nem troca, nem consumo nem riqueza entra na definição de Economia. 12% focam-se num único destes elementos, 14% em dois, 4% em três, 11% em quatro e os restantes 25% consideram como válidas as cinco afirmações.
- Contudo é o pleonismo “o estudo da actividade económica” que tem mais adeptos (77%), logo seguido de “a gestão dos recursos escassos com utilizações alternativas”(57%). Com igual valor e com 52%, surgem respectivamente “estudo das escolhas individuais” e “o estudo de aspectos da realidade social”. 48% concordam que é “a gestão óptima dos recursos escassos com utilizações alternativas”, 34% que é “a matematização da realidade”, 30% que é “o estudo de uma parte da realidade” e uns residuais 2% que não é nada disso.

Para uma análise mais pormenorizada das opções colocadas e das relações entre elas ver o quadro em anexo.

Feita esta ressalva podemos continuar o nosso caminho.

Capacidade crítica

O conhecimento científico não é uma continuidade do conhecimento corrente, do conhecimento espontaneamente construído a partir da vivência de cada um e da sociedade. Antes, pelo contrário. é uma ruptura, isto é, a adopção de uma metodologia específica, a utilização de

instrumentos e técnicas adaptadas ao que se quer analisar, a adopção de uma linguagem rigorosa e que reduza ao mínimo a ambiguidade, eventualmente a utilização de Lógicas que rompam com a bivalência e a consistência adoptadas no discurso corrente, a consciência de que o erro faz parte do percurso de investigação e da capacidade de o superar, que aqui e ali pode-se exigir o trabalho de equipa, disciplinar ou interdisciplinar, em que a opinião pessoal não tem espaço para se manifestar, porque o objectivo é obter um conhecimento que possa ser comprovado por qualquer outra pessoa que utilize a mesma metodologia. Fazer ciência é descobrir o que ainda não se sabe, descobrir o que é novo e nesse percurso não há espaço para a evidência.

É em consequência de todos estes aspectos que podemos dizer, utilizando a linguagem de alguns autores, que fazer ciência exige um corte epistemológico.

A investigação é feita por homens que comportam sempre uma certa subjectividade, o que é mais intenso nas Ciências Sociais, mas tem de haver um trabalho sistemático, por vezes doloroso, para a reduzir ao máximo, salientando a objectividade da análise. O conhecimento das alternativas possíveis em cada situação e o debate crítico sobre os conceitos, as leis e os paradigmas da Economia é uma forma poderosa de reduzir a subjectividade, mais que não seja porque a intercepção da subjectividade de muitos é inevitavelmente muito menor do que a de cada um.

A Economia (Ciência Económica ou Economia Política, pois utilizamos estas três designações como sinónimos) como ciência, como ciência social, obedece a estas mesmas regras. Por outras palavras os estudantes de Economia devem confrontar-se com esta reflexão crítica.

É certo que é um absurdo admitir que um estudante antes de o ser de Economia tenha um bom conhecimento de Filosofia das Ciências ou da Epistemologia. Mas provavelmente também é absurdo, embora não o admitamos porque é habitual, que o professor tenha mais a função de transmitir conhecimentos feitos, muitas vezes sem eles próprios terem a capacidade de reflectir criticamente sobre esses conhecimentos, do que de problematizar e colocar-se com os estudantes num ambiente de reflexão crítica colectiva. E ainda será mais absurdo ignorar a existência de paradigmas alternativos e as instituições transformarem a pluralidade dos saberes na «verdade única».

Ciência e realidade

Pela acção o homem lida com a complexidade do mundo com que se relaciona. Com o conhecimento, seja de que tipo for, o homem interioriza um determinado segmento e tipo dessa relação. O conhecimento científico também o realiza, sendo para uns descrever e para outros interpretar, para uns uma análise fenomenológica e para outros uma leitura fenomenológica e metafenomenológica, havendo uma tendência espontânea do cientista para uma leitura materialista da realidade.

Dispensando-nos de definir realidade, é inequívoco que é esta o ponto de partida para um determinado conhecimento. Uma coisa é a realidade outra coisa é a leitura dessa realidade, no que nos interessa, uma leitura crítica que respeite os princípios do corte epistemológico. Contudo, as coisas não são tão simples como aparentam, porque a realidade é um todo uno e a Ciência é fragmentada em disciplinas. No caso das Ciências Sociais a realidade são as relações entre os homens (incluindo o homem, os grupos de homens ou a sociedade; cada uma das entidades ou as relações entre elas) e elas são estudadas pelas ciências específicas, o que significa que cada uma vai reter como seu objecto científico uma parte dessas relações entre os homens, a cujo estudo associa inevitavelmente uma certa metodologia.

Em síntese, temos a realidade, «exterior» ao homem, um corte epistemológico que capta uma parte dessa totalidade, constituindo o objecto científico, e finalmente a descrição ou interpretação dessa realidade, que constitui uma determinada ciência.

Se muitos factores podem obscurecer a distinção anteriormente referida (das emoções ao conhecimento corrente, das hipóteses de partida subjacentes ao estar no mundo à vontade transformadora, só para dar alguns exemplos) muito mais forte é essa tendência quando a ciência e o objecto científico projectado na selecção da realidade assumem o mesmo nome. Assim como a História estuda a história, também, nas línguas latinas e nas terminologias mais habituais, a Economia (ciência) estuda a economia (realidade).

Parece fácil distinguir a realidade estudada e a ciência que a analisa e interpreta mas não o é. Muitos são os alçapões conducentes à confusão entre esses dois níveis, sobretudo para quem nunca teve uma praxi com esses aspectos da realidade. Sobretudo quando não se explicitam as hipóteses de partida, quando o homem tende a confundir o que é e o que deve ser, quando se adopta uma certa metodologia sem o explicitar, quando as palavras são mais símbolos do que a explicitação de conceitos científicos rigorosamente determinados.

Tomemos um exemplo, quando na sala de aula se fala em «mercado» o significado atribuído pelo emissor e pelo receptor é o mesmo. Interpretam como uma realidade social (espaço perfeitamente localizado onde um conjunto de potenciais vendedores e potenciais compradores estabelecem um conjunto de relações entre si e por seu se relacionam muitos outros intervenientes nos processos de produção, distribuição, circulação e consumo)? Como um modelo interpretativo, como um conceito abstracto, como uma certa modelização interpretativa da realidade social atrás referida? E neste caso não reterão apenas uma curva de oferta e outra da procura num sistema de eixos cartesianos, como abstracção de uma realidade inexistente? Como um símbolo, reflectindo uma força onnipresente e omnisapiente em que nos inserimos, forma metamorfoseada de expressar «eficiência» e «optimização»? Ou será um mero argumento para confundir o que é com o que deve ser?

Além disso os homens e as instituições mais não são que as categorias em que são classificados espontaneamente (agente e empresas, consumidores e produtores, etc.).

A experiência mostra-me inequivocamente que muitos estudantes de Economia têm grande dificuldade em observar a realidade, Espontânea e acriticamente ao olharem a realidade aplicam os filtros conceptuais que lhe foram transmitidos pelo ensino da Economia. Dessa forma não partem da realidade para a ciência, moldando aquela de acordo com uma certa concepção de Economia de que estão reféns sem disso se aperceberem: o modelo conduz a uma certa observação da realidade e essa leitura confirma o modelo.

Para que não haja equívocos diga-se que tais erros resultam mais da forma como o ensino da Economia se realiza do que de qualquer deficiência inata dos estudantes.

Paradigmas da Economia

A Economia é a ciência que estuda determinados aspectos da realidade. Mas os aspectos da realidade que são seleccionados para estudo, a metodologia utilizada, a importância relativa atribuída a cada um dos elementos presentes nas relações entre os homens, as hipóteses de partida subjacentes ao objecto e forma de estudo, a relação entre o pensamento e a realidade e o que se pode entender por verdade, o significado atribuído às leis e à relação de causalidade, a Lógica subjacente à análise, assim como a função desempenhada pela Matemática como interdisciplinaridade instrumental, assim como as interdisciplinaridades, efectivas ou fictícias, que

são privilegiadas, como são encaradas as relações dos homens com as «coisas» estudadas, a corrente filosófica subjacente, assim como outros aspectos podem ser diferentes conforme a corrente do pensamento económico, conforme o autor que aborda o problema. Por outras palavras, não basta saber que alguém estuda Economia, ou a aplica, para saber o que faz e como faz.

A Economia é atravessada por diversos paradigmas, por diversas «maneiras de ver as coisas», por diversas formas de encarar os modelos explicativos de um determinado objecto científico e as diversas teorias a que esses modelos dão lugar. Se isto é inerente a toda e qualquer Ciência, é mais relevante nas Ciências Sociais, quer porque há o que diversos autores, quiçá imprecisa e abstractamente, identidade entre o sujeito e o objecto de estudo, quer porque há uma tendência quase espontânea para englobar os desejos na objectividade da análise, quer porque a multiplicidade de paradigmas também se manifesta sincronicamente. Hoje, como ontem, podemos dizer que há diversos paradigmas da Economia. Daqui resulta a obrigatoriedade pedagógica e a lisura ética de se indicar que paradigma da Economia se está a ensinar. Não o fazer é uma forma velada de impor o «pensamento único», de utilizar o paradigma socialmente dominante, o que pode não ser o mais correcto epistemologicamente.

Classificar a Economia em paradigmas exige a definição de critérios classificativos. Na ausência deles –o economista exprime um raciocínio e utiliza uma linguagem que pressupõe a existência prévia de diversas classificações sem nunca ter analisado os seus pressupostos –remete para autor que «iniciou» essa análise económica, sempre com o cuidado de se considerar filho legítimo do correntemente designado pai da Economia, Adam Smith, o que escreveu *A riqueza das nações*. Reflectido sobre os critérios que devem presidir a uma classificação dos paradigmas da Economia, defendemos que se deve tomar como referência o essencial da Economia, o que dá corpo à sua existência, o seu objecto científico.

A Economia estuda a economia (o económico). As vertentes dos homens e da sociedade que constituem o económico são definidos pela Economia. Já o dissemos. Consideramos que há tantas Ciências Económicas susceptíveis de serem estudadas e utilizadas quantos os paradigmas derivados do objecto da Economia.

Hoje podemos considerar que existem três diferentes paradigmas da Economia, com uma determinada sequência histórica de aparecimento mas que continuam a existir simultaneamente, sincronicamente. Não só a coexistirem como a interpenetrarem-se em múltiplos equívocos.

Em primeiro lugar temos o objecto científico constituído por “a produção, a repartição e a troca”, ora centrando-se nestas três campos de actividade humana, ora centrando num deles, ora ainda acrescentando o consumo ou uma parte dele. Era esse o objecto presente nas referências à actividade económica antes daquelas constituírem um sistema integrado e coerente, foi esse o objecto considerado durante séculos, mesmo entre autores que se digladiaram epistemológica e socialmente. Provavelmente é ainda hoje a razão institucional para existir ensino da Economia, para haver escolas de Economia, para muitos cidadãos decidirem ser estudantes de Economia. Designemos este paradigma por Economia[O1].

Nos anos 40 do século passado Robbins, num livro que toma como referência autores menores e pouco rigoroso nos conceitos adoptados, defende que a Economia deve ser identificada pelo método utilizado e não essencialmente pelo objecto de estudo. Considera que dessa forma haverá uma unanimidade entre economistas: o homem tem necessidades ilimitadas e procura satisfazê-las; contudo os recursos existentes para tal são limitados. A Economia é a ciência que estuda as alternativas existentes para satisfazer as necessidades, encontrando as escolhas adequadas. Em vez do objecto opta-se pela operacionalidade e a Economia passa a ter como objecto a “gestão da escassez”. É meu convencimento que o trabalho de Robbins é epistemologicamente medíocre, mas as condições sociais vigentes acabaram por o impor e, de facto ele impôs-se e ainda hoje é a definição de Economia mais utilizada. Designemos este paradigma por Economia[O2].

Este funcionou como um paradigma de transição, estando esta subjacente ao seu próprio conteúdo. Neste paradigma nunca se estudou como os cidadãos se comportavam para gerir os recursos escassos, mas antes como deviam actuar para que a produção, a distribuição e a troca satisfizessem o máximo de necessidades. Se no trabalho original se oscilava entre a gestão dos recursos escassos e a gestão óptima dos recursos escassos, seria esta que espontaneamente assumiria o comando do objecto de estudo da Economia e rapidamente Hayek e a Escola Austríaca a assume adoptando para objecto da Economia a “escolha racional”. Inicialmente pensando na escolha racional para maximizar a produção e a satisfação das necessidades mas assumindo posteriormente que o âmbito desse objecto científico permite estudar todos os aspectos do comportamento humano (não apenas os relacionados com a produção, distribuição e troca), acabando por se impor socialmente e sendo hoje o *mainstream*. Designemos este paradigma da Economia por Economia[O3].

Sendo hoje o dominante exige uma análise mais cuidada, o que faremos no ponto seguinte. Mas importa desde já tecer algumas considerações sobre o ensino da Economia.

Em primeiro lugar, o domínio deste último paradigma, incluindo no Ensino e crescentemente como pensamento único, explica mais consistentemente porque é que os estudantes de Economia têm tanta dificuldade em observar a realidade: eles são intelectualmente treinados para «observar» como deve ser e não para olhar o que é. Tanto assim é que perante um desajustamento entre o que é o que deve ser há que encontrar o erro no que é e não no que se considerou que deve ser, e encobrir essa normatividade sob a aparência da positividade (veja-se, entre muitos exemplos possíveis, a constatação da existência de «falhas de mercado»).

Em segundo lugar, a adopção da «optimização» como objecto de estudo exige mais prementemente a explicitação e a justificação das hipóteses de partida, as hipóteses subjacentes a uma qualquer análise.

Em terceiro lugar a existência de diversos paradigmas da Economia exige a adopção do pluralismo teórico, entendido este como uma organização do ensino (depois, da sociedade) que perita transmitir os diversos paradigmas em igualdade de condições e dar aos estudantes a possibilidade de serem soberanos nas suas opções. Sabemos que esta proposta reflecte algum utopismo porque a organização institucional do ensino é fortemente condicionada pela correlação de forças social e pela capacidade dos sectores dominantes imporem a sua «doutrina», mas consideramos que, mesmo assim, deve ser uma referência para o labor dos docentes.

Em quarto lugar, percebendo os estudantes que estão perante a coexistência de diversos paradigmas deve-lhes ser fornecidas algumas técnicas que lhes permita proceder à interparadigmaticidade, apesar das suas dificuldades e as suas limitações sociais.

Sobre a racionalidade

O conceito de racionalidade, como ponto de partida para a «racionalidade económica» e fundamento da «optimização», tem como referência o indivíduo, o homem enquanto entidade solipsista. Tal pressuposto contemporâneo dominante assenta num suporte ideológico da vaidade humana («o homem distingue-se de todos os restantes animais porque é racional») e no peso do individualismo na actual fase histórica (donde deriva a fundamentação microeconómica

da macroeconomia). Por isso tende a ser aceite espontaneamente, mesmo que essa hipótese de trabalho não seja apresentada como tal, e a «colar-se» fortemente à forma de cada um raciocinar sobre as problemáticas definidas pela Economia. Que a ciência mostre a vacuidade dessas formulações ideológicas é irrelevante para o economista porque quase sempre o desconhece e porque para ele são «verdades inabaláveis». Talvez para outras culturas não o fosse, mas a Economia, como ciência, brota e progride num ambiente da cultura greco-latina.

Porque a «racionalidade económica» é um conceito derivado, metamorfoseado e circular (é o sentido que a Economia dá ao comportamento social humano quando encarado pelo paradigma Economia[O3]) é preferível assumir como objecto da crítica da Economia Política a hipótese de partida: «o agente é racional». Alguns comentários ligeiros:

- a) Seja qual for o paradigma, sobretudo quando se pretende impor como pensamento único, é aconselhável apresentar-se perante a comunidade científica como um continuador dos grandes vultos da Economia, nomeadamente dos seus fundadores. Por isso é frequente a Economia[O3] apresentar-se como fiel a princípios defendidos por Adam Smith. Contudo é impossível encontrar neste fundador a formulação dessa hipótese de trabalho, a mera referência a essa problemática e correspondente conceito. Aliás, se é legítimo considerar Adam Smith, como um dos primeiros economistas é fundamental compreender que a abrangência da sua obra é muito mais vasta, incluindo conteúdos que hoje poderiam ser consideradas do âmbito de outras ciências ou da Filosofia.

Não se encontra em Smith, em Ricardo, em Jevons, em Malthus, em Marshall (provavelmente um vulto decisivos da institucionalização académica da Economia), em Stuart Mill, em Marx, em Menger, em Pareto (embora o remetimento para a Sociologia dos comportamentos ilógicos possa ter inspirado alguns defensores deste paradigma), em Say ou em Walras, autores de diversas correntes do pensamento, uma explicitação do conceito de racionalidade. Como já dissemos é preciso esperar pela Escola Austríaca e pela de Chicago para esta hipótese ser autonomizada.

- b) Não há racionalidade sem informação plena e simétrica nas relações entre os homens e é sabido, numa linguagem branda e técnica, que a racionalidade dos homens é, na realidade, assimétrica e, para muitos, incompleta. Bastaria esse facto para pôr em causa a hipótese de racionalidade, mas tal não é considerado nos comentários seguintes.

- c) Como se deduz da definição (formal) de Economia divulgada pelo segundo paradigma anteriormente referido, que acabou por gerar o conceito de optimização e a entrada no paradigma seguinte, o que está em causa é a adequação entre meios e fins, isto é, a eventual existência de uma racionalidade instrumental. Ora o homem não se limita a ajustar meios e fins, a vida, a relação com os outros, exige a consideração de valores. O homem vive em comunidade e é uma realidade complexa que, no mínimo exige, uma leitura multidimensional. A Antropologia demonstra-o inequivocamente ao analisar o comportamento humano como uma totalidade.
- d) Contudo, mesmo limitando-nos à racionalidade instrumental, as Neurociências e a Biologia, a Psicologia, a Antropologia, a Psicologia Económica e a Economia Comportamental, para citar apenas algumas das análises científicas, reforçam o reconhecimento de que a «racionalidade humana» é limitada, quer se considere esta como uma característica do indivíduo quer dos homens em comunidade. As emoções, os contextos, os marcadores psicossomáticos, a intuição e a adaptação evolutiva, os usos e costumes, a agregação em instituições, os conhecimentos endógenos e tácitos, e muitos outros aspectos revelam inequivocamente que a designada racionalidade é limitada.
- e) Provavelmente o próprio conceito de racionalidade como é considerado pela Economia[O3] não poderá ser problematizado adequadamente porque existe simultaneamente várias, conforme as culturas, as dinâmicas da vida quotidiana, a relação entre o individual e o colectivo, as características e as funções das instituições, em sentido lato. O individualismo subjacente poderá ser elementos bastante para negar qualquer realismo quando a Economia existe porque há uma divisão social do trabalho e esta relaciona individualmente um com todos e todos com um. Acrescente-se ainda, como vimos a propósito da racionalidade instrumental, que o analisado é uma derivação do conceito de utilidade, frequentemente numa leitura simplória.

Em síntese, uma análise crítica ontológica da «racionalidade» revela inequivocamente a sua desadequação à realidade do comportamento dos homens. O «homem racional» é um arquétipo profundamente desfasado da realidade. Passamos da análise da realidade para a normatividade: o que deveria ser e acontecer para se atingir o equilíbrio e a optimização, como condição indispensável para o bom funcionamento da economia.

Esta é uma crítica demolidora porque se pressupõe que a ciência observa a realidade —e quando existe um hiato entre a realidade e a sua explicação é esta que tem de ser revista e não aquela, que é a teoria que está errada e não a realidade —e objectiva, procurando-se reduzir ao máximo a subjectividade e o normativo, como já referimos anteriormente. Contudo é insuficiente e não convence os seus defensores porque os economistas deste paradigma reconhecem frequentemente que os homens não se comportam efectivamente como é postulado pela Economia. O reconhecimento deste hiato, entre a realidade que se pretende ler e a leitura que é feita, implica da parte dos diversos autores várias justificações: uns admitem que os comportamentos individuais são muito diversificados mas que o comum a essa diversidade pode ser lida através da racionalidade; outros percebem que esta não é um denominador comum pelo que tem de haver uma comparação entre o que acontece e o que é postulado pela racionalidade económica; dentro destes, uns consideram que essa diferença deve ser estudada. Neste último grupo há os que não sabem como, os que admitem que a Economia está, de alguma forma, a fazê-lo, e os que explicitamente remetem essa análise do comportamento não lógico para outras ciências, para fora da Economia.

À crítica ontológica há que acrescentar a crítica epistemológica. E esta passa por duas constatações:

- a) É inegável que não há ciência do concreto e que elaborar um modelo, construir uma teoria exige inevitavelmente a abstracção, a retenção do essencial do concreto. Nessa medida é verdade que uma hipótese, uma relação entre conceitos, uma descrição ou explicação é sempre diferente da realidade. Contudo a ciência, nomeadamente as ciências da natureza e as sociais, exigem que essa diferença seja o resultado da constatação dessa realidade (concreta) e obtida por uma abstracção cientificamente construída. Ora quando o que a Economia[O3] revela não é nada disso. Estamos perante uma «invenção» da realidade, em que a objectividade foi irremediavelmente condenada,
- b) A inclusão de uma hipótese que é considerada evidente, logo não carece de demonstração e é aceite como princípio de uma dedução permite demonstrar o que se desejar. E se o que se deseja não corresponde à realidade é esta que está errada. É uma posição radicalmente incompatível com as regras da cientificidade.

Pedagogicamente é importante que na elaboração de um modelo se tenha o cuidado de explicitar as suas hipóteses de partida, mesmo aquelas que são assumidas espontaneamente e de forma «invisível», e elas passem pelo crivo epistemológico da sua aceitabilidade. Que isso seja um alerta sistemático dos docentes e uma situação exigida pelos estudantes, o que é mais viável se vigorar o pluralismo teórico. Como corolário, a condição *ceteris paribus* exige particulares cuidados de utilização.

É também importante ter-se a capacidade de desconstruir conceitos e afirmações aparentemente positivas mas que, de facto são afirmações normativas. Por exemplo, a análise de um mercado de concorrência perfeita deve ser apresentado como um modelo simplificado que pressupõe a racionalidade dos agentes económicos, a determinação instantânea dos custos de oportunidade de um elevadíssimo número de alternativas, a capacidade de assumir *ex-ante* uma infinidade de alternativas e saber deslocar-se para um desses pontos da curva, que as curvas de oferta e procura têm elasticidades tais que seja possível convergir para um único ponto de equilíbrio. Relembrar que a determinação dos custos de oportunidade de uma dada opção pressupõe a transitividade das utilidades, apesar da Economia Comportamental ter frequentemente demonstrado as suas limitações e rupturas de funcionamento. Por exemplo, é preciso perceber que a afirmação «positiva» de os salários terem que acompanhar a produtividade raramente é confirmada empiricamente e que significa que para que não haja uma diminuição do lucro os aumentos de salários devem corresponder aos aumentos de produtividade dos trabalhadores.

Da teoria para a acção

O paradigma da escolha racional deve ser analisada e combatida por razões que já apresentámos anteriormente: faz passar gato por lebre. É cientificamente errado embora se apresente como um herdeiro legítimo de séculos de labor intelectual na construção da Economia como ciência; é sociologicamente pernicioso porque assumindo fé e intenções como suportes da desejada eficiência é um veículo poderoso de criação e difusão de ideologia; é pedagógica e psicologicamente pernicioso porque a forma velada e enganosa como se apresenta enfraquece o espírito crítico e a vigilância na procura da verdade; é eticamente perigoso porque enfraquece

as relações sociais entre os homens, tende a permitir o aparecimento de uma cultura diferencial facilitadora da fraude¹.

Mas ele é particularmente nefasto sendo suporte de uma política económica e social assente numa visão mítica do mercado, base ideológica do neoliberalismo, sobre o qual tratamos numa outra comunicação a esta conferência.

Anexo

Tabela 1 - Correlação de Spearman entre as diversas opções de definição de Economia

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
A. Estudo de produção	1	0,600	0,703	0,747	0,619	0,526	0,000	0,360	0,211	0,157	0,251	0,380	-0,104
B. Estudo da repartição		1	0,442	0,571	0,600	0,428	0,103	0,144	0,171	0,285	0,316	0,314	-0,140
C. Estudo da troca			1	0,660	0,553	0,442	0,136	0,139	0,238	0,079	0,201	0,245	-0,113
D. Estudo do consumo				1	0,600	0,499	0,103	0,216	0,093	0,070	0,147	0,239	-0,140
E. Estudo da riqueza					1	0,378	0,149	0,138	0,211	0,305	0,339	0,380	-0,104
F. Estudo das escolhas individuais						1	0,103	0,216	0,248	0,285	0,147	0,239	-0,140
G. Gestão dos recursos escassos							1	-0,248	0,101	-0,113	0,037	0,011	0,117
H. Gestão óptima dos recursos escassos								1	0,218	0,287	0,192	0,441	-0,130

¹ A este propósito ver (Pimenta, 2015, 2016)

V Conferencia Internacional do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)

Temática 1: Crise, desafios e avanços na investigação e ensino em ciências sociais e económicas

I. Estudo de uma parte da realidade									1	0,093	-0,005	0,347	0,204
J. Estudo de aspectos da realidade social										1	0,316	0,163	-0,140
K. Estudo da actividade económica											1	0,215	-0,245
L. Matematização da realidade												1	-0,097
M. Outros aspectos													1

Fonte: inquérito feito pelo autor.

Bibliografia

Pimenta, C. (2015). Infracções, formação e cultura diferencial. *O Economista - Anuário da Economia Portuguesa*, 2015, 159/162.

Pimenta, C. (2016). Paradigmas, formação e fraude. *O Economista - Anuário da Economia Portuguesa*.

Pimenta, C. (2017). *Racionalidade, Ética e Economia*. Coimbra: Almedina.